

6.04.01 – Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo.

## **O EDIFÍCIO INSTITUCIONAL NEOCLÁSSICO E SUA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NA CIDADE DA PARAHYBA**

Jessica Soares de Araújo Rabello<sup>1\*</sup>, Ivan Cavalcanti Filho<sup>2</sup>

1. Estudante de IC do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB
2. UFPB - Departamento de Arquitetura e Urbanismo / Professor orientador

### **Resumo:**

O presente trabalho tem por objetivo destacar a importância do patrimônio arquitetônico neoclássico da cidade de João Pessoa e reconhecer os princípios aplicados na composição formal de edifícios do gênero, enfatizando características relativas à sua espacialidade e ao seu uso, de modo a compreender até que ponto atenderam aos preceitos propostos na tratadística clássica. A partir de uma cuidadosa revisão bibliográfica, com base nos principais teóricos do tema, o ensaio contempla uma análise embasada nos levantamentos histórico e arquitetônico das edificações neoclássicas, e destaca as principais intervenções nelas ocorridas, tendo em vista que parte dessa produção possuiu originalmente traços coloniais ou foi descaracterizada *a posteriori* em função de novas vertentes arquitetônicas. O repertório de edifícios registrado no trabalho constitui relevante ferramenta para a salvaguarda de sua memória, ao mesmo tempo que reforça a importância da preservação do patrimônio existente.

**Palavras-chave:** Neoclassicismo; Arquitetura imperial; João Pessoa.

**Apoio financeiro:** CNPq/UFPB.

**Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição:** UFPB

### **Introdução:**

A difusão da estética neoclássica no Brasil remete a meados do século XIX, após a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e as primeiras iniciativas no sentido de modernizar as principais capitais brasileiras a fim de adequá-las aos padrões imperiais. Como reflexo desse ideário, a Província da Parahyba do Norte (atual João Pessoa) teve seu patrimônio arquitetônico reanimado pela linguagem classicizante do Império. Nos principais logradouros da capital ergueram-se novos edifícios, e a população, entusiasmada pelo progresso, igualmente testemunhou a “atualização” de prédios erigidos no período colonial através de reformas que os adequaram à nova arquitetura oficial.

O acervo inclui imóveis situados em largos, praças e vias importantes da cidade alta, construídos ou reformados entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Em linhas gerais, as obras caracterizavam-se pelo uso de frontões triangulares, platibandas e cornijas no coroamento; cunhais e pilastras definindo verticalmente o ritmo das aberturas – sempre dispostas simetricamente em arco pleno ou verga reta; elementos típicos de um neoclassicismo marcado pela sobriedade provinciana.

Identificado o repertório neoclássico na capital, o presente trabalho pretende analisar essa produção sob a ótica da funcionalidade – *utilitas* – que estabelece a relação entre o uso (função) e a espacialidade na arquitetura. A abordagem transcende, portanto, o estudo de fachadas, destacando uma matéria pouco explorada na historiografia, cuja relevância reside em dois aspectos principais: o primeiro diz respeito à contribuição teórica que traz dentro da temática, e o segundo se refere ao caráter documental do trabalho, já que permite inventariar o legado arquitetônico neoclássico na antiga cidade da Parahyba.

O ensaio apresenta resultados de pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvida no Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) da Universidade Federal da Paraíba, tendo como objetivos estudar a configuração física dos principais edifícios neoclássicos construídos no centro da capital paraibana; analisar a funcionalidade dos respectivos arranjos espaciais, considerando os diferentes usos atribuídos aos mesmos; e avaliar até que ponto as plantas locais reproduziam aquelas tradicionalmente adotadas em modelos europeus e norte-americanos, onde a hierarquia, a simetria e a axialidade constituíam a ordem geral do planejamento dos espaços.

### **Metodologia:**

Considerando a materialidade do objeto de pesquisa, a metodologia foi desenvolvida segundo quatro estratégias de ação que, articuladas entre si, concorreram para o alcance dos resultados previstos no plano de trabalho.

A ferramenta basilar da investigação, que acompanhou todo o processo da pesquisa, foi a revisão bibliográfica, com ênfase nos principais tratadistas da arquitetura clássica – Vitruvius, Alberti e Palladio – e na literatura básica sobre a produção neoclássica nacional.

Para a identificação de edifícios construídos em João Pessoa, foram indispensáveis a pesquisa iconográfica e o auxílio da historiografia, considerando que alguns desses prédios foram totalmente desfigurados em nome de vertentes arquitetônicas da primeira metade do século XX e não poderiam ser classificados como neoclássicos segundo sua volumetria atual. Nesses termos, foram elencados doze imóveis,

separados em três grupos de acordo com sua origem. O primeiro grupo corresponde àqueles construídos no período colonial e remodelados a partir do século XIX segundo a tendência neoclássica. São eles, o Palácio da Redenção (antigo Convento dos Jesuítas), a Faculdade de Direito (antigo Colégio dos Jesuítas) e o Palácio Episcopal (antigo Convento do Carmo). O segundo grupo diz respeito aos edifícios construídos durante o século XIX sob os moldes do estilo. Neste grupo estão inseridos o Quartel do 1º Batalhão da Polícia Militar, o Comando Geral da Polícia Militar (antigo Tesouro Provincial), o Teatro Santa Roza, a Casa do Artesão Paraibano (antigo Quartel de Polícia), a antiga Alfândega e a Biblioteca Estadual Augusto dos Anjos (antiga Escola Normal). O terceiro grupo, assim como o anterior, compreende prédios construídos sob a égide neoclássica, diferenciando-se, no entanto, por se tratarem de exemplares tardios, erigidos no século XX, e por constituírem edifícios com função religiosa. Neste grupo, estão incluídos a capela São Vicente de Paulo, a Primeira Igreja Batista e a Igreja paroquial de Nossa Senhora do Rosário.

Após a identificação e a classificação dos imóveis, foram realizados os levantamentos fotográfico e arquitetônico de cada um. Os dados obtidos foram organizados em fichas específicas, onde foram incluídas informações históricas e os registros iconográficos disponíveis.

No processo de análise das fichas, foram consultados documentos históricos e relatórios provinciais do período imperial, na busca de informações sobre cada edifício – em especial aqueles que teriam sofrido modificações radicais em sua volumetria – a fim de descobrir detalhes relativos à sua configuração original, às funções que atenderam e às reformas por que passaram. Dessa forma, foi possível realizar um estudo individual das edificações à luz dos conceitos explorados na tratadística clássica, destacando as soluções mais recorrentes nos arranjos espaciais, bem como as possíveis alterações ocorridas ao longo dos anos.

### Resultados e Discussão:

No tocante aos resultados obtidos, o trabalho está estruturado em três seções: a primeira contempla o embasamento teórico dos princípios clássicos sobre função e espaço na arquitetura, destacando a abordagem dos principais tratadistas do tema e sua aplicação em obras renascentistas e neoclássicas europeias; a segunda trata da difusão do neoclassicismo no Brasil imperial e os aspectos utilitários desse repertório, tendo por base as duas vertentes de ensino formal da arquitetura; e a terceira contempla a produção neoclássica na cidade da Parahyba, analisando, à luz da tratadística clássica, os arranjos espaciais dos edifícios e sua relação com as funções para as quais se destinavam.

Considerando que a obra arquitetônica é destinada a um proprietário (ou usuário), a um lugar e a uma finalidade (VITRÚVIO, 2007, p. 79-80), pode-se afirmar que as transformações ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX refletiram as mudanças sociopolíticas decorrentes do regime monárquico. Ao superar a condição de colônia e assumir a posição de império, o Brasil tornava-se 'sítio' de uma nova arquitetura oficial, cujo 'proprietário' era o Estado. Nesse contexto, a linguagem neoclássica atenderia a uma dupla finalidade: a primeira, de caráter simbólico, estava vinculada aos aspectos formais da *venustas*; e a segunda, derivada da *utilitas*, dizia respeito à demanda de usos e aos novos programas arquitetônicos, conforme atesta Sousa (1994, p. 73): "Assim, os melhores edifícios classicistas do Império seriam teatros, hospitais, palácios, residências e outros prédios civis, e não igrejas, como as obras maiores do nosso barroco.

Dessa forma, o papel de destaque, antes conferido à Igreja Católica e à produção barroca, passou a ser ocupado pela arquitetura oficial do Império. Contribuiu para esse processo a prática de alugar repartições em edifícios monásticos que se encontravam sub-utilizados devido à escassez de religiosos (SOUSA, 2000, p. 30). Na Parahyba, o exemplo mais ilustrativo do enfraquecimento da Igreja em relação à autoridade do Estado foi a apropriação do antigo Convento dos Jesuítas, que passou a funcionar como sede do Governo após a expulsão da Companhia de Jesus.

No âmbito teórico, a dupla finalidade atribuída à produção neoclássica manifestou-se através de duas vertentes de ensino da arquitetura: aquela desenvolvida na Academia Imperial de Belas-Artes e outra, menos formal e mais técnica, desenvolvida na Academia Militar. A primeira, sob a direção da Missão Artística Francesa, reproduziu o modelo de ensino da *École des Beaux-Arts* ao eleger a *venustas* como atributo mais importante no projeto arquitetônico, cuja produção foi marcada pelo apelo artístico e simbólico, sendo destinada, em sua maior parte, a edifícios ligados à Corte, no Rio de Janeiro e imediações. Em contraponto, a metodologia da Academia Militar optou pela funcionalidade e pelo pragmatismo da *Polytechnique*, em detrimento dos aspectos puramente estéticos, definindo a principal distinção entre arquitetos acadêmicos e engenheiros-militares, cujos desdobramentos repercutem até os dias atuais. Por sua abordagem mais utilitária, a engenharia militar desfrutou de maior aceitação nas capitais provincianas, em especial no Recife, cuja produção tornou-se referência do classicismo ao nível regional.

Na Parahyba, como já foi dito, a linguagem foi adotada na construção de novos prédios públicos, e incorporada, através de reformas, a edifícios monásticos de origem colonial. Considerando esse repertório, verifica-se a existência de elementos e características em comum, a exemplo do pátio interno, identificado em pelo menos cinco edificações, e da tendência à simetria e à modulação. Seguindo as recomendações de Palladio, a disposição dos ambientes geralmente obedecia a uma hierarquia funcional. A lógica também se aplicava à ornamentação interna dos edifícios, levando em conta os usos para os quais se destinavam. Aqueles considerados nobres receberiam tratamento mais elegante, como se pode observar no Palácio da Redenção e no Teatro Santa Roza, por exemplo; enquanto aqueles destinados a atividades comuns, como as instalações militares, seriam marcados pela simplicidade e austeridade interna.

No tocante aos edifícios de origem colonial, tudo leva a crer que não houve modificações radicais em relação ao ordenamento dos espaços, tendo em vista que os parâmetros clássicos relativos à funcionalidade

correspondem às noções universais que permearam a produção arquitetônica no Ocidente. Assim, as adaptações ocorridas no século XIX, decorrentes dos novos usos, não apagaram integralmente traços do passado colonial. Os claustros sobreviveram em forma de pátios internos, em alusão aos palácios florentinos, enquanto as paredes estruturais, mais espessas, revelam indícios do arranjo original. Nesse sentido, verifica-se que a aplicabilidade dos princípios clássicos relativos à disposição dos espaços transcendeu movimentos e tendências arquitetônicas, cujas abordagens eram meramente formais e, na maioria das vezes, atreladas a critérios estéticos.

Com o fim do período imperial e o estabelecimento da República, observa-se que as mudanças sócio-políticas repercutiram na produção arquitetônica, dessa vez, através da imposição de novas vertentes estilísticas sobre aquela considerada 'símbolo' do Império. Mesmo assim, enquanto vários prédios públicos eram reformados em nome de linguagens 'modernizantes', outros começavam a ser construídos segundo a leitura neoclássica, constituindo exemplares religiosos, não mais vinculados ao Estado. Assim, considerando a função destinada a esses edifícios construídos no século XX, percebe-se que a produção neoclássica tardia não mais representava uma arquitetura oficial do país, mas uma referência à tradição neoclássica internacional.

### Conclusões:

A partir do exposto, e compreendendo o entusiasmo pela estética neoclássica no país à época, não se pode ignorar a monumentalidade que caracterizou o repertório arquitetônico do Rio de Janeiro, fruto da retórica grandiloquente da Corte, que se reproduziu nas principais cidades do Império, como o Recife. Assim, devido à proximidade com a capital pernambucana, a cidade da Parahyba empregou a linguagem imperial nos seus prédios públicos mais importantes a fim de comprovar sua autonomia enquanto capital e sua competência na construção de novos cenários urbanos.

Considerando tal produção, os resultados deste trabalho sinalizaram para uma classificação segundo a gênese dos edifícios, visto que, pelo menos três deles teriam sido construídos no período colonial, adquirindo feições neoclássicas *a posteriori*, seis foram erigidos no século XIX, e os três restantes no século XX, constituindo exemplares tardios do neoclassicismo. Assim, pôde ser traçado um percurso de análise próprio para cada grupo, de forma a identificar as modificações nos arranjos físicos, decorrentes dos diferentes usos a eles conferidos, e verificar a presença de elementos e características comuns à maioria, mesmo entre aqueles construídos no período colonial. Verificou-se que, apesar de não atenderem rigorosamente aos parâmetros da arquitetura clássica, geralmente as configurações espaciais eram norteadas pelo fator *utilitas*, expressando tendência à simetria e à modulação, o que permitia maior flexibilidade de usos, bem como ampliações e adaptações, sem que se perdesse a ideia de unidade. Afinal, os princípios básicos, e clássicos, de arquitetura deviam atender à objetividade e a submissão à razão, possuindo, portanto, um caráter atemporal, não necessariamente vinculado a uma vertente estilística.

Por fim, pode-se dizer que a homogeneidade formal dos exemplares construídos na Parahyba, apesar de sua simplicidade, comprova a existência de uma linguagem arquitetônica de inegável qualidade, cuja produção esteve a cargo de profissionais da engenharia militar, que comandavam a maioria das obras públicas realizadas nas províncias. Tal evidência sugere a necessidade de reivindicar, como o fez Sousa (1994), a posição dos engenheiros militares na historiografia (que geralmente só destaca a matriz francesa da Academia Imperial de Belas-Artes), bem como a pertinência de reconhecer a qualidade da arquitetura produzida na Parahyba do século XIX, que é mencionada, na maioria das vezes, pela precariedade e modéstia provinciana. Apesar de ter perdido parte desse patrimônio em favor de vertentes arquitetônicas 'modernizantes' do século XX, os registros iconográficos e os edifícios remanentes confirmam a presença de uma linguagem neoclássica sólida e vigorosa adotada na arquitetura oficial da capital paraibana.

### Referências bibliográficas

- AMARAL, Sebastião Cezar Paredes do. **Revitalização do prédio da antiga alfândega**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.
- ASSIS DE CARVALHO, Innocencio Seraphico de. **Relatório apresentado ao passar a administração da Província para o 2º Vice-presidente**. Parahyba: Typ, dos herdeiros de José Rodrigues da Costa, 1868.
- BARATA, Mario. A Arquitetura Brasileira dos séculos XIX e XX. Separata de: *Aspectos da Formação e Evolução do Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1954.
- BARBOSA, Cônego Florentino. A igreja e o convento de Nossa Senhora do Carmo na Paraíba. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano**, João Pessoa, vol. 11, p. 19 – 31, 1948.
- DZIURA, Giselle Luzia. Três tratadistas da arquitetura e a ênfase no uso do espaço. In: **Da Vinci**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 19-36, 2006.
- ESCARIÃO, Renata. Teatro Santa Roza. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 de nov. 2009. Caderno 2, p. 1.
- FAZIO, Michael; MOFFETT, Marian; WODEHOUSE, Lawrence. **A história da arquitetura mundial**. 3. ed. Porto Alegre: Editora AMGH, 2011.
- FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. **Poder e relações políticas na educação: o método Lancaster no ensino público do Espírito Santo (1827 a 1871)**. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Centro de Ciências

Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

JARDIM, Vicente Gomes. Monographia da cidade da Parahyba do Norte. In: **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, João Pessoa, ano III, vol. 3, p. 83 – 111, 1911.

LANCHA, Joubert José. Os dois textos de Palladio. In: MIZOGUCHI, Ivan; MACHADO, Nara Helena N. **Palladio e o neoclassicismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 75-91, 2006.

LOEWEN, Andrea Buchidid. **Lux Pulchitudinis – sobre a beleza e ornamento em Leon Battista Alberti**. São Paulo: Annablume Clássica, Fapesp, 2012.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil de Dom João VI a Deodoro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MIRANDA, Itacyra Viana. Tempo de punir e disciplinar: Uma história da instrução na Paraíba (1822 a 1864). In: **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 5, p. 79-91, jul./dez. 2010.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O cenário da vida urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX / XX**. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

NÓBREGA, Humberto. **De convento a palácio**. João Pessoa: Edição Correio das Artes, Editora A União, 1965.

PALLADIO, Andrea. **I quattro libri dell'architettura**. Milão: Hoepli, 1945.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Relatório apresentado ao transmitir o cargo de Presidência da Província da Paraíba do Norte**. Parahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1859.

SOUSA, Alberto. **Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame**. São Paulo: Editora Pini, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Classicismo Arquitetônico no Recife Imperial**. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Ensino da Arquitetura no Brasil Imperial**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

SOUZA BANDEIRA, Antonio Herculano. **Falla com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, Presidente da Provincia, abrio a primeira sessão da 26ª legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 1 de agosto de 1886**. Parahyba do Norte: Typ. Liberal, 1886.

VITRÚVIO, Pollio. **Tratado de arquitetura**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.